

UMA ACEPÇÃO DO CONCEITO DE POBREZA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS GOVERNAMENTAIS DO BRASIL

AN ACCEPTANCE OF THE CONCEPT OF POVERTY IN PUBLIC POLICIES AND GOVERNMENTAL SOCIAL PROGRAMS OF BRAZIL

Raphiza Alves Mota **1**

Rogério dos Santos Carneiro **2**

Regina Mota Brilhante **3**

Resumo: O presente artigo apresenta resultados de pesquisa que busca compreender como o conceito de pobreza influencia direta ou indiretamente as ações promovidas pelo governo, pautadas em políticas públicas ou programas sociais de erradicação da pobreza. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental buscamos entender as diferenças conceituais de pobreza e a qualidade de vida dos indivíduos através dos benefícios gerados pelas políticas públicas do governo federal. Ressaltando-se a compreensão de que os programas de combate à pobreza alcançaram resultados a partir da articulação de diversas políticas sociais como educação, saúde e moradia, contribuindo assim para a redução da exclusão social no Brasil.

Palavras-chave: Pobreza. Desigualdades Sociais. Desenvolvimento. Políticas Públicas.

Abstract: This article presents research results that seek to understand how the concept of poverty directly or indirectly influences the actions promoted by the government, based on public policies or social programs to eradicate poverty. Through bibliographic and documentary research we seek to understand the conceptual differences of poverty and the quality of life of the individuals through the benefits generated by the public policies of the federal government. Emphasizing the understanding that poverty reduction programs have achieved results through the articulation of several social policies such as education, health and housing, thus contributing to the reduction of social exclusion in Brazil.

Keywords: Poverty. Social differences. Developmen. Public policy.

Pós-Graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFT) e **1**
Licenciada em Pedagogia (FIESC). Professora da Instituição Educacional Messias
Santos. E-mail: raphiza.mota@hotmail.com

Doutorando em Educação em Ciências e Matemática, pela Rede **2**
Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC), Universidade
Federal de Mato Grosso (UFMT), Mestre em Educação Matemática (USS),
Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos (UFT) e em Metodologia
de Ensino e Pesquisa na Educação Matemática e Física (FCA). Professor da
Licenciatura em Matemática, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus
Araguaína. E-mail: rogerioscarneiro@gmail.com

Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos (UFT) e em **3**
Direito do Trabalho (UCAM), Bacharel em Direito (FIESC). Assistente Jurídico do
TRT da 10ª Região (Araguaína). E-mail: regina.brilhante@hotmail.com

Introdução

Esta pesquisa tem por objetivo entender como o conceito de pobreza influencia direta ou indiretamente as ações promovidas pelo governo por meio de políticas públicas ou programas sociais de erradicação da pobreza. Busca-se especificamente compreender as diferenças conceituais de pobreza para os autores críticos e os conservadores, qual o conceito de pobreza definido pelo programa bolsa família do governo federal.

Com caráter teórico-empírico e analítico, com dados e informações coletados por meio de pesquisa bibliográfica, apreendendo as diferenças conceituais de pobreza para os autores críticos e os conservadores num “esforço suplementar de compreensão da situação atual” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 91) e, pesquisa documental com dados coletados em documentos oficiais de programas de combate à pobreza, como por exemplo, o Bolsa Família, empregando métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

O tema em discussão adquiriu o patamar de grande relevância acadêmica, social e profissional, uma vez que as abordagens envolvem direta ou indiretamente a atuação profissional, familiar e principalmente pessoal. Alguns autores como Arroyo (2012) discutem que programas do governo voltados à sociedade de baixa renda em situação de pobreza e, extrema pobreza, acabam por vitimar e perpetuar a inferiorização em nossa sociedade, assim também tem tornado as políticas injustas em relação ao social, pois segundo Quijano (2005, p. 134) “esses coletivos foram decretados inferiores e mantidos a margem da produção intelectual, cultural e ética da humanidade”.

Neste contexto, é importante esclarecer que o programa Bolsa Família refere-se a uma política social implementada pelo estado brasileiro e que, segundo Höfling (2001, p. 31), “políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”.

Além disso, política pública é o resultado da ação do Estado em determinado período histórico, estabelecida por um governo constituído por um “conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo” (HÖFLING, 2001, p. 02).

De modo geral, existem várias políticas públicas com objetivos de promover melhorias de vida para as pessoas de baixa renda ou até mesmo as que se encontram na situação de extrema pobreza. Compreendendo que o conceito de pobreza pode influenciar no desenvolvimento de políticas públicas, por comportar intencionalidades distintas, buscamos compreender esta temática a partir do entendimento de que a sociedade vem, desde os primórdios, sendo constantemente dividida por suas demandas sociais, nas quais podemos destacar aquelas que promovem transformações e aquelas que perpetuam, mesmo que em formatos diferentes o modo de produção da sociedade vigente.

Nesta perspectiva, buscamos conceituar a pobreza e compreender como os governos estão desenvolvendo suas políticas públicas. As abordagens que serão tratadas sobre o fenômeno da pobreza, suas concepções desenvolvidas ao longo do tempo e a definição desses conceitos, tornam-se importantes nos estudos de pobreza, pois permitem uma visão mais concisa e analítica do objeto de estudo.

A compreensão do fenômeno e seus diferentes impactos e formas de abordagem, possibilitam estabelecer as políticas públicas que buscam minimizar a problemática da desigualdade social. Conceituar a Pobreza é algo de alta complexidade, pelo fato de ter que ser analisada do ponto de vista econômico e assim realizar uma contextualização com o todo. Segundo Rizzotti (2013, p. 169) “faz-se necessário articular temas como o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a constituição do Estado brasileiro, a participação da sociedade civil e a influência do pensamento social brasileiro nas explicações para a questão social no Brasil”. Neste diapasão, não deve ser estudado somente do ponto de vista econômico, mas incorporando aspectos não-econômicos à análise, sendo contextualizada de forma dependente ou não da estrutura sócio-política da sociedade.

Segundo, Demo (1996), por exemplo, o centro da pobreza não está na insuficiência de renda, mas na exclusão política e na desigualdade. Tendo em vista, que a desigualdade gera a condição de inferioridade trazendo o indivíduo a se colocar em situação de “falta”, ou seja, falta conhecimento, falta melhor condição de vida, falta oportunidade, falta renda, falta alimento, entre

outros, resumindo a situação em piora nas condições da cidadania.

Este artigo está dividido em três seções, acrescidos desta introdução, trazendo na primeira parte observações e abordagens conceituais sobre o fenômeno pobreza e políticas públicas, ressaltando o levantamento histórico realizado neste estudo. Em seguida, faz-se um resgate do processo descrito nas temáticas Desigualdades e Pobreza, no qual, descreve algumas consequências e estratégias de enfrentamentos trazidos pela vulnerabilidade do processo de desiguais.

No tópico seguinte, é apresentado as Políticas Públicas Intervencionistas em relação a pobreza e as ações governamentais para a sociedade, com o intuito de erradicar a pobreza e diminuição das desigualdades sociais existentes no país. Entretanto, esta seção abrange alguns programas sociais do governo voltados para educação, trazendo também suas condicionalidades para aqueles que desejam ser beneficiários destas ações.

Para tanto, na última parte deste artigo realizamos um apanhado das reflexões para título de conclusão de todo estudo, trazendo os pontos de relevância dos programas sociais e estudo histórico da pobreza com base na bibliografia consultada.

Contexto Histórico da Pobreza

Ao pensar no contexto histórico da Pobreza na humanidade, considerando que a mesma é mais conhecida por desigualdade social, esse termo estabelece uma relação entre dois conceitos da mesma natureza. Nestes termos, para poder comparar dois objetos é fundamental que sejam de mesma natureza ou espécie. O conceito de desigualdade social está vinculado ao plano econômico, existe uma associação que unifica essa desigualdade com a injustiça.

Segundo Valladares (1991, p. 93), a pobreza só é reconhecida como questão social a partir dos anos 1950-1960, em face da “transformação de uma sociedade baseada numa economia agrário-exportadora [para] uma sociedade mais moderna, de tipo urbano-industrial”. Desse modo a industrialização manteve o processo de expansão populacional nos grandes centros urbanos, sendo consequência da migração da população rural para os centros urbanos, com o objetivo de garantir melhores condições de vida, em razão da saída em massa da população do campo para a cidade, onde crescem(iam) “as oportunidades de emprego ou ocupação”, favorecendo desta forma um crescimento acelerado e indisciplinado nas áreas urbanas, especialmente daqueles locais onde o desenvolvimento industrial encontravam-se com maior dinamização.

Por conseguinte, extraímos de uma breve análise que o contexto histórico da Pobreza no Brasil está pautado desde o descobrimento do país, há mais de 500 anos, quando os portugueses aqui chegaram e subtraíram o que conseguiram para Portugal, tornando o Brasil umas das suas colônias de modalidade exploratória dominante. Os agentes dessa desigualdade começam com os indígenas e, depois imigrantes que aqui fizeram parte desse contexto, em destaque os afrodescendentes.

Estudiosos dessa temática como Pochmann (2010) e Telles (2006), afirmam que o processo histórico da sociedade brasileira sempre foi marcado por crescentes índices de pobreza e desigualdade social. Infelizmente, na mesma sequência afirmativa, a pobreza é um fenômeno recorrente nas diferentes gerações que persistem, e vem crescendo exorbitantemente.

O processo histórico possibilita compreender a existência da pobreza e desigualdade, por meio do tempo e fatos da luta entre classes que generalizam lugares e pessoas, como sendo estes que tem maior probabilidade à vulnerabilidade, de condições preconizadas que produzem e reproduzem pobreza, tornando portanto um ciclo vicioso de desigualdade.

Na sociedade em geral, quando se usam o termo desigualdade, este é usado para explicitar uma situação pessoal concreta, significa que os fatores que influenciam isso não sejam os mesmos para as pessoas, desse modo, tem-se a diferenciação entre as pessoas determinar essas diferenças. “As desigualdades mostram que o mundo social está repleto de aspectos em que cada situação pode ser compreendida apenas em um determinado contexto” (Desigualdade - Conceito, o que é, Significado 2017, p. 01).

Neste enfoque, esses fatores podem determinar as diferenças entre as pessoas, pois as desigualdades sociais não devem causar indiferenças, devem ser motivo de implicação social para apostar em mudanças. Ademais, as desigualdades podem ser um estímulo para a ação com o objetivo de modificar essa realidade injusta de forma responsável.

Destaca-se que as iniciativas que oportunizam vivências e novas oportunidades devem estar ligadas a educação, envolvendo toda a sociedade com responsabilidades nítidas e fragmentadas entre governo, empresas, organizações, famílias, grupos comunitários e o próprio indivíduo, todos dispostos a serem agentes de transformação, compreendendo a educação como fator primordial na metodologia de combate à este desafio.

Segundo Rodrigues (2009, p. 100) “O homem cultuou através dos tempos sua inteligência. A cultura, o ponto de partida, leva o ser a se sobressair sobre os demais. Porque teve perspicácia, força de vontade, autoestima e livre-arbítrio e amor ao que faz e produz”. Contudo, observa-se no contexto histórico, que o homem das cavernas esteve em destaque, devido sua força e inteligência, bem como aos combates e meios de ação por eles elaborados, uso bem direcionado das aptidões e meios de liderança sobre os demais, surgindo a partir desse momento, as primeiras formas existentes de desigualdade social conhecidas no mundo.

Nessa ação os melhores escolhiam a caça, companheiras, habitações, enquanto que outros eram obrigados a morrer de fome ou até mesmo nas batalhas, com os seus semelhantes mais fortes. Ao longo dos séculos, com a evolução da humanidade, essas relações de desigualdades sociais também apresentaram um aumento em reflexo de como se davam essas mudanças. Com o surgimento do comércio, as desigualdades foram cada vez mais se intensificando, o que confabula o surgimento da “Era Capitalista” que substituiu as trocas de mercadorias.

O fato concreto é que desde o período medieval já havia a separação de condições sociais onde as regalias do Clero e da Nobreza, estavam pautadas na mão de obra da classe menos favorecida, que prestavam serviços em troca de migalhas para sobreviver.

No período da Revolução Industrial a relação existente entre empregador e funcionário cresceu consideravelmente, pois, as transformações e a ocupação remunerada a baixos valores, fez com que preponderasse a divisão das classes sociais. A industrialização e os modos de produção em série fazem do mundo um divisor de atividades e classes sociais, onde o patrão sempre tem o direito de explorar, e só tem oferta de trabalho a oferecer, no Brasil observamos claramente esse fato com a reforma no ordenamento da Consolidação das Leis Trabalhistas, momento em que o Legislador prevalece sobre o Legislativo.

Desigualdades e Pobreza

A desigualdade social no Brasil é um problema que afeta grande parte da população brasileira, embora nos últimos anos ela tenha diminuído. É notório que as regiões mais afetadas pelos problemas sociais são o Norte e o Nordeste do país, os quais apresentam os piores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH's).

De acordo com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2011) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam a diminuição da pobreza e, conseqüentemente, da desigualdade social, nos últimos anos 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta, bem como 36 milhões entraram na classe média, ainda assim existe milhões de pessoas em situações delicadas. Além disso, segundo dados fornecidos pelo IPEA, as transferências do Programa Bolsa Família são responsáveis por 13% da redução da desigualdade no país, índice considerável na diminuição dos desiguais.

Embora o Brasil esteja entre os dez países com o PIB mais alto, é o oitavo país com o maior índice de desigualdade social e econômica do mundo. Segundo o Relatório da Organização das Nações Unidas - ONU (2010)¹, as principais causas da desigualdade social são: 1) Falta de acesso à educação de qualidade; 2) Política fiscal injusta; 3) Baixos salários e 4) Dificuldade de acesso aos serviços básicos: saúde, transporte público e saneamento básico.

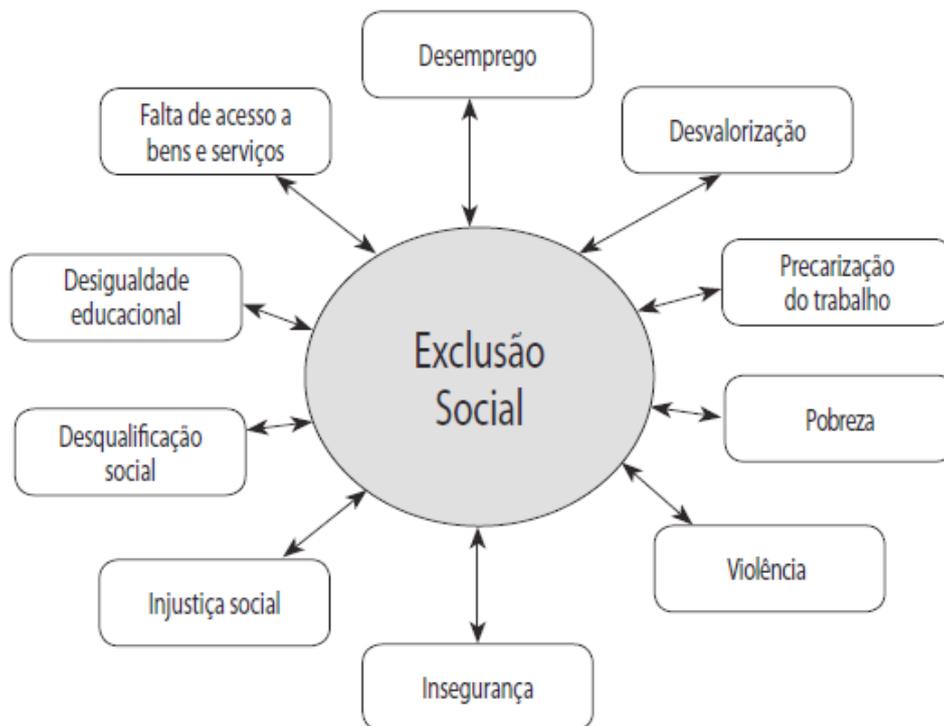
Nesta perspectiva, as principais causas da desigualdade social decorrem, essencialmente, da má distribuição de renda, trazendo em seu bojo conseqüências como a favelização, a pobreza, a miséria, o desemprego, a desnutrição, a marginalização e a violência.

Diante do delineado, a reflexão é sobre a identificação dos fatores de exclusão e inclusão social, que está associada a vulnerabilidade social, assim significa um processo multidimensional

¹ Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, edição do 20º Aniversário. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Tradução e publicação da edição portuguesa, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

de indicadores que exibem assimetria no que se refere à variabilidade “espaço-temporal”. É importante mencionar que esses fatores que foram brilhantemente esboçados, em diagramas, por Borba e Lima (2011), resultante de uma pesquisa de mestrado intitulada “Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Européia”, conforme segue as figuras a baixo.

Figura 1 - Síntese dos fatores de exclusão social



Fonte: Borba e Lima (2011, p. 225)

Segundo os resultados obtidos na pesquisa de Borba e Lima (2011, p. 226), “o fenômeno de exclusão social é um processo que abrange a todos com condições e níveis diferenciados”. Onde apresentam fatores que podem ser facilmente constatados em diversos países, independentemente do nível econômico dos mesmos, ou seja, sendo esses classificados como desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, o fenômeno pobreza abrange a todos em quanto sociedade com acúmulo de riqueza e má distribuição de renda.

Todavia, mesmo que de forma precária, o Brasil busca reduzir disparidade socioeconômica da população e, por conseguinte, reduzir a pobreza em sentido amplo, por meio das políticas públicas assistencialistas, podemos observar através da Figura 02, que também acontece nos países europeus, pois em sua maioria são classificados como desenvolvidos.

Figura 2 - Síntese dos fatores de inclusão social



Fonte: Borba e Lima (2011, p. 225)

De acordo com IPEA (2008) o Brasil é um dos países com maior desigualdade social do mundo, com base na metodologia de pesquisa e análise de dados utilizado no Índice de Gini². No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Brasil aparece com Índice de 0,591, o qual faz amargar a 120ª posição da lista dos 127 países que foram submetidos a análise de acordo Índice de Gini, ou seja, apenas sete nações apresentam maior concentração de renda, dentre eles África do Sul e Namíbia. Contudo, as duas primeiras colocações desse “ranque” são ocupadas por países europeus, sendo Hungria e Dinamarca, concluindo-se facilmente que são os países detentores da maior e melhor situação de igualdade socioeconômica, ou seja, a população possui um considerável equilíbrio econômico, cultural e educacional.

À vista de uma análise comparativa, considera-se que, para explicar a posição relativa do Brasil, é necessário avaliar as determinações que emanam da escassez ou da distribuição de recursos no contexto mundial. Dessa forma, Barros; Henriques; Mendonça (2001) associam a pobreza no Brasil ao fato dos países do mundo manterem-se pobres. Isso significa que:

A pobreza no Brasil pode estar associada, de modo alternativo, ao fato de os países do mundo, em seu conjunto, permanecerem relativamente pobres, significando que estar entre os mais ricos não impede a existência de uma severa escassez de recursos, ou ao fato de o Brasil apresentar um elevado grau de desigualdade na administração dos recursos (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001, p. 06).

Nesta conjectura, entre os países classificados como sendo “pobres” o Brasil tem condições favoráveis para enfrentar a pobreza de sua população, uma vez que diante de pesquisas sobre a desigualdades existente no Brasil, nota-se que o mesmo não é um país

2 O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

pobre, mas com um número elevado de pobreza, tornando assim um país injusto e desigual para com a divisão de terras, rendas e formas de vivências, portanto deve ser combatido a desigualdade social, racial e econômica, na certeza, que todas geram a injustiça e dimensões e facetas da pobreza.

As Políticas Públicas Intervencionistas

Tendo por base que as políticas públicas são ações governamentais de origem constitucional que visam garantir o acesso da população aos direitos constitucionais, acrescenta-se que segundo Höfling (2001, p. 38) “o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo”. Nesta vertente as políticas públicas devem ser pensadas a partir do diagnóstico dos problemas que demandam a intervenção governamental.

Consigna-se que no ano de 1988 foi promulgada a Constituição Federal do Brasil e nela consta a prática de programas sociais no país, sobretudo no que concerne a proposição de estratégias de enfrentamento da pobreza, haja vista que consta no seu Art. 3º, como um dos quatro objetivos fundamentais da República, “erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Ademais, instituíam Assistência Social como política social pública de direito universal, e integrada a Seguridade Social juntamente com a saúde e a previdência.

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, criou-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETE) e outros programas de cunho como o Auxílio Gás e Bolsa-Alimentação.

No governo Lula, todos esses programas foram unificados num único programa social, o qual passou a ser conhecido como Bolsa Família. Conforme destaca Pochmann (2010, p. 37) “o Brasil passou a demonstrar importantes sinais de transição do neoliberalismo para o modelo social-desenvolvimentista”.

O Programa Bolsa Família que é um programa de transferência de renda com condicionalidades, que tem como eixo central o repasse monetário articulado à possibilidade de acesso e inserção a demais serviços sociais nas áreas de educação, saúde, trabalho, na perspectiva da autonomização das famílias beneficiárias.

Considerando que as políticas públicas voltadas para o assistencialismo não tem condições suficientes de, por si só, melhorar de forma significativa a vida dos beneficiários, compreendemos significativa a atuação conjunta, no programa Bolsa Família, de diversas políticas como Educação, Saúde e Moradia.

A importância da articulação entre políticas, em especial a educação, colocam o programa Bolsa Família como promotor de uma transformação. Acerca desta compreensão, podemos apontar o destaque de Harmon (1975, p. 89), ao afirmar que a pedagogia proposta por Freire é fundamentada numa antropologia filosófica dialética cuja meta é o engajamento do indivíduo na luta por transformações sociais. Observa-se que tanto Arroyo quanto Paulo Freire relacionam a educação com o renovo do currículo e práticas dos indivíduos que foram silenciados e segregados, pois a articulação de ações de melhorias deve incluir os direitos e a produção de vida que foram negadas.

Programas sociais

Com intuito de tirar os brasileiros da linha da Extrema pobreza o governo constituiu um programa de erradicação da miséria por meio de conversão da medida Provisória n. 132, de 2003, na Lei n. 10.836, de 9 de Janeiro de 2004, criando o Programa Bolsa Família condicionando a transferência de renda conforme o Art. 1º da supracitada lei que afirma: “Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades”.

No Art. 2º são descritos os benefícios do programa sendo:

I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se

encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família. (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008)

IV - o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente: (Redação dada pela Lei nº 12.817, de 2013)

a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de 0 (zero) a 15 (quinze) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.817, de 2013)

b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) per capita.

Como visto, este programa foi criado e tem como característica principal a transferência direta e condicionada de renda, dirigida a famílias com renda baixa ou até mesmo sem renda alguma, sendo que o valor é corrigido de acordo com a base de 25% de um salário mínimo, desta forma é calculado o percentual e repassado às famílias beneficiárias do programa. Estas estão classificadas como sendo pertencentes à pobreza extrema ou linha da pobreza.

O Programa Bolsa Família (PBF) destaca-se como uma das formas governamentais de tratar o problema da pobreza que, além da transferência de renda, busca promover o alívio imediato da pobreza. O programa tem as chamadas condicionalidades na área da educação e saúde, ou seja, ao se tornar beneficiário, o sujeito está interligado com estas condições do PBF. O programa da condição à mudança de realidade, haja vista, que reforça o cidadão ao exercício dos direitos sociais, à saúde e à educação.

Ainda que o Programa Bolsa Família seja visto como um avanço na perspectiva de assegurar uma renda mínima às famílias pobres para que estas atendam as suas necessidades imediatas, sabe-se que tais ações ainda estão muito distantes de serem vistas como capazes de combater de fato à pobreza. Entretanto, só será possível enfrentar a pobreza se houver medidas direcionadas para mudanças estruturais concretas e sustentáveis num longo prazo. Pois, se entende que para que esse objetivo se concretize realmente se mostra mais do que um imperativo: gerar crescimento econômico, ampliar as políticas sociais públicas, além da criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os milhões de trabalhadores (SILVA et. al., 2011, p. 07-08).

Não obstante, o programa também incentiva a emancipação das famílias, a buscarem meios e estratégias para a superação do ciclo intergeracional da pobreza. Espera-se que a redução de agravos altamente prevalentes na infância, como a anemia e a desnutrição sejam reduzidos com este auxílio repassado pelo governo, desse modo haverá igualmente o desenvolvimento na educação, posto que o programa acompanha a frequência escolar dos filhos dos participantes, possuindo um sistema onde se registra o acompanhamento da frequência escolar, o governo usufrui do Sistema Presença/MEC, nele são disponibilizados 88 motivos de justificativas para a falta do aluno, desde que o motivo da falta seja comunicado à escola pela família.

A educação por sua vez adentra as políticas públicas como meio de auxílio que viabiliza o

processo de aquisição de saberes e instrução, gerando a transformação de vivências, formação pessoal e profissional, ademais acredita-se que o avanço civilizatório depende do rendimento escolar e entendimento de situações, sendo que o fracasso nesta área aumenta as chances e os fatores socioeducacionais preexistentes à terem resultados claros e talvez já esperados propiciando o aumento da desigualdade.

Um currículo afirmativo para a formação de professores do campo e no campo e indígenas e quilombolas, cursos específicos para uma formação específica (ARROYO, 2008). Segundo a visão do autor, deve-se buscar qualificação profissional com formação específica para todos, entender e estudar a história, memória e cultura, partindo deste conceito a educação e currículos devem ser universais e não particulares, abertos ao diálogo como sugere a metodologia de Paulo Freire.

Nesse sentido, segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Social o PBF ligado a Educação, tem obtido efeitos gradativos, porquanto as condicionalidades aplicam efeitos sobre os beneficiários, que por vez conserva ações coletivas para assim evitar perca do auxílio.

Além disso, manchetes de diversos jornais apontam para um sucesso do Programa. Para o site Vermelho.org, em 7 de janeiro de 2016,

O Bolsa Família apresentou resultados importantes ao longo de seus 12 anos de existência. Desde a sua criação, em 2003, o programa de transferência de renda ajudou a tirar cinco milhões de pessoas da extrema pobreza. Os números do programa acabaram chamando atenção do resto do mundo. Hoje, segundo o Banco Mundial, 52 países utilizam o mesmo formato do Bolsa Família em seus programas de transferência de renda.

Segundo o Jornal GGN, aponta que o “Fundo Monetário Internacional - FMI reconhece o sucesso do Programa Bolsa Família e seu baixo custo para o governo, sendo que a renda obteve impactos que exprime clareza na redução da pobreza”. O Estadão de São Paulo, escrito por Lisandra Paraguassú, (BRASÍLIA, 07 Agosto 2007), o jornal destaca que no “Nordeste, região mais pobre do País, e segunda mais populosa, concentra a maior parte das pessoas atendidas: 22,6 milhões”.

Ainda, com o Cadastro único (CadUnico), o país coleta dados para identificar as famílias que estão objetivando serem beneficiadas com o programa. Inclui-se o Plano do Brasil sem Miséria que vem com objetivo de mapeamento social, dentre outros programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) que é responsável por coordenar a oferta de vagas dos cursos de formação inicial e continuada, com ênfase na qualificação profissional com a parceria do Ministério da Educação (MEC) e do Plano Brasil Sem Miséria.

Atualmente a sociedade brasileira tem sofrido grandes transformações dentro do contexto social e econômico das famílias beneficiárias dos programas sociais, que são traçados por interesses políticos e, conseqüentemente, são aplicados a população menos favorecida por determinados momentos, que em alguns casos, tais ações são de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico dos beneficiários. Dentre eles, pode-se destacar o Programa de Formação de Nível Técnico (Pronatec) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que hoje é um instrumento importantíssimo para o acesso de centenas de jovens e adultos ao Ensino Superior. Em crescente expansão, o programa conta atualmente com cerca de 500 mil contratos assinados, com isso o nível de profissionais formados obteve um avanço considerável.

De acordo com o site da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), o crescimento de qualquer país passa pela educação, e no Brasil não poderia ser diferente. A taxa líquida de jovens entre 18 e 24 anos que está cursando o Ensino Superior é de apenas 16%, um número que ainda está muito aquém de países da América Latina como Argentina, Colômbia e Chile. A criação do FIES é, certamente, um dos fatores que tem contribuído para o grande salto que a formação de profissionais vive na última década. Possivelmente, ele será a peça-chave para que o Brasil cumpra a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de formar 10 milhões de graduados até 2020.

Um dos grandes impulsionadores para esse recorde no FIES, e o avanço das matrículas no Ensino Superior em Instituições privadas, diz respeito, entre outras coisas, à reformulação pelo qual

o programa de financiamento passou. Em 2010, a taxa de juros para adesão sofreu redução de 9% para 3,4% ao ano. Além disso, foi aprovada a ampliação do prazo de carência de seis meses para um ano e meio para começar amortizar a dívida.

Estas ações governamentais possuem o intuito de igualar, ou até mesmo tirar da linha da pobreza, muitos brasileiros que sonham com condições de trabalhos dignas. Assim como, moradia, educação, saúde, e acima de tudo um bom emprego para não mais depender de auxílios sociais como forma de renda, tornando-se um sujeito autônomo e capaz de gerar a mudança socioeconômica de sua família.

Considerações Finais

A descrição e análise deste trabalho trouxe reflexões importantes para o desenvolvimento e compreensão da temática, pois a pobreza não é somente a falta de condições financeiras, mas é uma questão social que implica diretamente na vida do país e, conseqüentemente, na vida de todas as pessoas.

Como visto não depende somente do governo ou do sujeito a situação de pobreza ou extrema pobreza, mas faz-se necessário ter uma visão ampla do processo, envolvendo todos enquanto sociedade e cidadãos críticos e pensantes.

Observa-se que estudos sobre o tema da pobreza estão sendo desenvolvidos com maior frequência à medida que apresentam os índices elevados das desigualdades. Também apresentam causas e possíveis soluções para o problema sendo, uma das principais causas da pobreza, apontada na grande maioria dos estudos, a má distribuição de recursos.

A Pobreza muitas das vezes traz conceito pautado na exclusão que permite o avanço da injustiça e desigualdade, de modo que políticas e programas, por vezes, são criados apenas com intenções de conservação da exclusão social. No caso do programa Bolsa Família, é possível perceber resultados transformadores da sociedade, principalmente pela questão de interligação de políticas sociais como educação, saúde e moradia.

Portanto, compreendemos que os planos de combate à pobreza devem ser abrangentes, contribuindo para a redução da exclusão social. Pois, uma família que se encontra numa situação de privação financeira não tem condições e oportunidades de escolhas, situação que pode vir a ser minimizada com a promoção de políticas públicas realmente voltadas para a redução das desigualdades sociais da população de qualquer país, em especial no Brasil.

Referências

ARROYO, M. G. Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. In: ARROYO, M. G.; SILVA, M. R. (Orgs.). **Corpo-infância**: exercícios tensos de ser crianças; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 23-54.

ARROYO, M. Os coletivos diversos repolitizam a formação. In: DINIZ-PEREIRA, J. E.; LEÃO, G. (Orgs.). **Quando a diversidade interroga a formação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A. **Estabilidade inaceitável**: desigualdade e Pobreza no Brasil. IPEA, Textos para discussão n. 800, jun. 2001.

BORBA, A. A. LIMA H. M. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas**: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Coleção Ciências da Educação. Portugal: Editora Porto, 1994.

BULTLER, J. **Corpos que importam**. Bueno Aires: Paidós, 2007.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

Desigualdade - Conceito, o que é, Significado. **Conceitos.com** Disponível em: <https://conceitos.com/desigualdade>. Acesso em 20 de jun. 2019.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

MARX, K. **O Capital**. Vo. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NASSIF, L. **FMI Reconhece sucesso do Bolsa Família e seu baixo custo para o governo**. Disponível em: <https://jornalggn.com.br>. Acesso em 14 de jul. 2019.

PARAGUASSÚ, L. **Um em cada quatro brasileiros está no Bolsa-Família**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br>. Acesso em 04 de jul. 2019.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, Trabalho e Renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, 104 p. (Brasil em debate; v. 2).

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: etnocentrismo e ciências sociais – Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RIZZOTTI, M. L. A. **Aspectos econômicos e políticos determinantes da política social brasileira**. Argumentum, Vitória (ES), v. 5, n.1, p. 165- 179, jan./jun. 2013.

RODRIGUES, A. P. **Jornalismo**: As primeiras experiências de um estudante. Biblioteca 24 horas, Seven System Internacional Ltda. ed. 1 – São Paulo, 2009.

SÁ-Silva, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com>. Acesso em: 02 de jul. 2019.

SILVA, A. C.; BANDEIRA, E. S. F.; LOPES, E. B. POBREZA NO BRASIL: aspectos conceituais e o processo de construção histórica. In. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz – MA. 2011.

TELLES, V. S. Mutações do Trabalho e Experiência Urbana. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2006.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI; R R. (Org). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ,1991.

Recebido em 14 de agosto de 2019.

Aceito em 10 de dezembro de 2019.